

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 536, DE 1997 (APENSADA A PEC Nº 312, DE 2000)

Modifica o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autores: Deputado VALDEMAR COSTA
NETO e outros

Relator: Deputado VILMAR ROCHA

I - RELATÓRIO

1. A Proposta de Emenda à Constituição, em apreço, pretende dar a seguinte nova redação ao **§ 3º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**:

“Art. 60

§ 3º A União complementarará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º, de modo a que:

I – seja atingido o valor mínimo por aluno definido nacionalmente;

II – não haja redução do gasto por aluno do ensino fundamental que foi praticado até dezembro do ano de 1997, em cada Município, Estado ou Distrito Federal.”

2. Colhe-se da **justificativa**:

*“A **Emenda Constitucional nº 14** teve o mérito de dar destaque ao ensino fundamental. Entretanto, foi concebida de modo a retirar da União a responsabilidade para com este nível de ensino, transferindo-a, com seus custos aos Estados e Municípios.*

Recorde-se que os mencionados entes federativos têm sofrido uma sangria em seus recursos. Com o Fundo de Estabilização Fiscal –

FEF, perderam recursos que lhes fazem falta para financiar o ensino – inclusive aquele que incide sobre a cota estadual do salário-educação, a qual poderia ser repassada aos Municípios.

Em recente estudo elaborado para o Conselho de Secretários de Estado da Educação – CONSED, o consultor João Batista Oliveira registra: “os 20% retirados do salário-educação pelo FEF representam volume de recursos superior ao aporte que o Governo Federal deverá fazer para complementar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério”.

Recorde-se ainda as perdas para os Estados decorrentes da Lei Kandir.

Não bastassem essas perdas, o Fundo criado pela Emenda nº 14 causa estragos ainda maiores às finanças de muitos Municípios.

Não se pode dizer que estes municípios eram negligentes quanto ao seu papel na Educação definido constitucionalmente. Nada há de mais falso. A Constituição, mesmo antes da Emenda nº 14, definia a competência concorrente de Estados e Municípios no que concerne ao ensino fundamental, e a competência exclusiva do município no que se referia à educação pré-escolar. Isto é, o administrador municipal, em cuja cidade estivesse instalada uma rede estadual, optou por fortalecer suas creches e pré-escolas. Havia uma acomodação com o Estado.

Sua ação foi, portanto, racional e em consonância com as obrigações decorrentes da Constituição, previstas não só no art. 211, § 2º, mas também no art. 7º, XXV. Mais que isso, sua ação foi até generosa, uma vez que o custo da pré-escola é superior.

A emenda nº 14, em que pese seus méritos, cria antinomias constitucionais, desequilibra o pacto federativo e gera impactos imprevistos e imprevisíveis nas contas municipais.

Promove o confisco de rendas municipais, afrontando a cláusula pétrea referente à Federação, a qual é integrada, desde a Constituição de 1988, pelo Município.

*Há o nivelamento por baixo da qualidade de ensino, uma vez que forçará os Municípios a promoverem demissões no quadro docente, e redução de salários. Com isso, torna-se ainda menos atrativa a carreira do magistério. O problema da qualidade do ensino começa já na seleção dos docentes. Como recrutar jovens de talento, com sólida formação cultural, oferecendo-lhes um salário tão ruim? A Emenda Constitucional nº 14 é contraditória, pois prevê que os Municípios ajustem suas contribuições do Fundo a um **padrão de qualidade**. Pois bem. E aqueles Municípios que aplicam recursos em patamar superior ao mínimo definido, estão atingindo este padrão, mas perderão recurso. Que farão? Renunciarão ao padrão de qualidade?*

A efetivação do fundo, nos termos atuais, implica em perdas municipais. Os Municípios perdem arrecadação, e continuam tendo que pagar seus professores, inclusive os seus aposentados, além de manter

sua rede de educação infantil.

A emenda nº 14 induzirá ao fechamento de creches. Como fará o Prefeito, obrigado a fechar creches e pré-escolas porque seus recursos foram confiscados, para enfrentar a ansiedade e revolta das mães e a ação do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares?

Assim, fazemos uma proposta alternativa, que mantém os elementos importantes da emenda nº 14: a prioridade ao ensino fundamental, a subvinculação para pagamento dos professores e o mecanismo do fundo. Com isso reduzem-se as perdas dos Municípios.”

3. Apensada à presente encontra-se a **PEC nº 312, de 2000**, de autoria do Deputado BETINHO ROSADO e outros, visando a dar nova redação aos **§§ 3º e 7º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**:

“Art. 60

§ 3º *A União complementarará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º, sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido para cada região político-administrativa brasileira.*

§ 7º *A lei disporá sobre a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como sobre a forma de cálculo do valor mínimo por aluno, para cada região político-administrativa brasileira.”*

4. A proposição tem a justificá-la:

“À União cabe o papel federativo de reduzir os desníveis regionais. Este princípio geral deve ser aplicado à política educacional, como aliás já propugna o art. 211 da Constituição, ao indicar como tarefa da União a equalização das oportunidades educacionais.

A manutenção do valor mínimo do FUNDEF como um valor nacional, e não regional, inibe sua majoração, prejudicando as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Esta última não possui nenhum Estado que receba complementação federal. Isto porque o “efeito cascata” gerado pelo valor nacional implicaria despesas em estados das regiões mais ricas e desenvolvidas, que dispõem de recursos próprios para elevar seu patamar de investimentos.

Requer-se, pois, justiça federativa, solidariedade com as regiões mais pobres, nas quais o déficit educacional é mais elevado.”

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

1. Na forma do Regimento Interno (**arts. 32, III, b e 202**), compete à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO opinar sobre a **admissibilidade** de proposta de emenda à Constituição, cuidando de verificar se foi apresentada pela **terça parte**, no mínimo, do número de Deputados (**art. 60, I da CF e art. 202, I, do RI**), o que, segundo se afirma nos autos, está atendido.

2. Por outro lado, não poderá a Constituição ser emendada na vigência de **intervenção federal**, de **estado de defesa** ou de **estado de sítio** (**art. 60, § 1º, da CF**), circunstâncias que, por ora, não ocorrem.

3. Há que considerar, outrossim, que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir (**art. 60, § 4º, da CF**) **a forma federativa de Estado** (inciso I), **o voto direto, secreto, universal e periódico** (inciso II), a **separação dos Poderes** (inciso III) ou os **direitos e garantias individuais** (inciso IV).

4. As propostas de emenda à Constituição em apreço não afrontam nenhuma dessas vedações, passando pelo crivo das regras constitucionais invocadas.

5. Nessas condições o voto é pela **admissibilidade** das **PEC's nºs 536**, de 1997 e **312**, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado VILMAR ROCHA
Relator